

PORTARIA N° 56/2025

DE 03 DE NOVEMBRO DE 2025.

O Instituto de Previdência Social do Município de Goiana – GOIANAPREVI, nos termos da Lei Municipal n° 1.922 de 20 de fevereiro de 2003, alterada pela Lei Municipal n° 1.977/2006, em seu art. 70, por intermédio da Presidente, no uso de suas atribuições legais, e em atendimento ao Processo n° 101/2025:

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Conceder **PENSÃO VITALÍCIA** a Sra. **ELINE FERREIRA MONTEIRO BARRÊTO**, na condição de cônjuge e **PENSÃO TEMPORÁRIA** a Srta. **ETIENE FERREIRA MONTEIRO BARRÊTO**, na condição de filha menor de 21 anos de idade, do ex-servidor, o Sr. **EDUARDO BARRÊTO DA SILVA**, matrícula n° 1420, no cargo de Vigilante (Nível: 7, Classe: Vigilante I) que esteve lotado na Secretaria Municipal de Segurança Cidadã, Trânsito e Transportes Urbanos (SESTRAN), cujo óbito ocorreu em **10 de outubro de 2025**, com fundamento no **Art. 40, § 7º, da Constituição Federal/1988 (com redação dada pela EC n° 103/2019) c/c Art. 9º, Inciso I; Art. 41, Inciso I; Art. 42, caput, da Lei Municipal n° 2.514/2022.**

**Art. 2º** - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do óbito, em **10 de outubro de 2025**.

**Art. 3º** - Registre-se, publique-se.

Goiana - PE, 03 de novembro de 2025.

*Olga Luiza de SENA TAVARES*

**OLGA LUIZA DE SENA TAVARES**

Presidente do GOIANAPREVI

*Olga Luiza de SENA TAVARES*  
Presidente do Goianaprevi  
Port.: 994/2025



NASCIMENTO & BARBOSA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

**PARECER N° 53/2025**  
**PROCESSO N° 101/2025**

**PENSÃO POR MORTE. DEFERIMENTO. SÚMULA 340, DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. ART. 40, § 7º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL/1988 (COM REDAÇÃO DADA PELA EC N° 103/2019) C/C ART. 9º, INCISO I; ART. 41, INCISO I; ART. 42, CAPUT; ART. 43, INCISOS II E VI, ALÍNEA "C", ITEM 6, DA LEI MUNICIPAL N° 2.514/2022.**

**SERVIDOR ATIVO NA DATA DO ÓBITO, OCORRIDO EM 10 DE OUTUBRO DE 2025.**

Senhora Presidente do GOIANAPREVI,

Trata-se do processo em que a Sra. **ELINE FERREIRA MONTEIRO BARRÊTO**, requer **PENSÃO POR MORTE** em seu favor, na condição de cônjuge, e da Srta. **ETIENE FERREIRA MONTEIRO BARRÊTO**, na condição filha menor de 21 anos de idade, do Servidor, o Sr. **EDUARDO BARRÊTO DA SILVA**, sob a matrícula nº 1420, que ocupou o cargo de Vigilante (Nível: 7, Classe: Vigilante I), com lotação na Secretaria de Segurança Cidadã, Trânsito e Transportes Urbanos (SESTRAN), cujo óbito ocorreu em 10 de outubro de 2025.

A Requerente declara não receber nenhum benefício previdenciário, como se comprova na **DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS**, em anexo.

O processo foi instruído com a documentação necessária para a apreciação do pedido.

#### **DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CASO**

Inicialmente, deve ser observada a **Súmula n° 340, do Superior Tribunal de Justiça (STJ)**, que estabelece que nos casos de concessão de pensão previdenciária por morte, deve ser aplicada a lei em vigor na data do óbito do segurado, nestes termos:



NASCIMENTO & BARBOSA

ADVOGADOS ASSOCIADOS



**Súmula 340:** A lei aplicável à concessão de pensão previdenciária por morte é aquela vigente na data do óbito do segurado.

A Emenda Constitucional nº 103/2019, reformando o Art. 40 da Constituição Federal de 1988, estabelece a lei que deve ser observada, bem como o valor mínimo do benefício de pensão por morte:

**CONSTITUIÇÃO FEDERAL/1988**

**Art. 40** O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

[...]

**§ 7º** - Observado o disposto no § 2º do art. 201, quando se tratar da única fonte de renda formal auferida pelo dependente, o benefício de pensão por morte será concedido nos termos de lei do respectivo ente federativo, a qual tratará de forma diferenciada a hipótese de morte dos servidores de que trata o § 4º-B decorrente de agressão sofrida no exercício ou em razão da função.

Partindo desse pressuposto constitucional e do entendimento sumulado, deve ser observada a **Lei Municipal nº 2.514/2022, em vigor desde 16 de março de 2022**, que estabelece regras para o regime próprio de previdência municipal.

A Requerente, na condição de **cônjuge**, vínculo comprovado por meio da **Certidão de Casamento, matrícula sob o nº 0774120155 2010 1 00014 183 000720715**, anexa aos autos, bem como a Srta. **ETIENE FERREIRA MONTEIRO BARRÊTO**, na condição de **filha menor de 21 anos**, comprovada através da **Certidão de Nascimento** **apensa**, fazem jus ao recebimento do benefício de pensão por morte, **na condição de dependentes do ex-segurado**, conforme prevê o **Art. 9º, Inciso I, da Lei Municipal nº 2.514/2022**:

**LEI MUNICIPAL Nº 2.514/2022**

**Art. 9º** São Beneficiários do GOIANAPREVI, na condição de dependente do segurado:

**I - o cônjuge**, a companheira, o companheiro, na constância do casamento ou da união estável homo afetiva, e o **filho não emancipado de qualquer condição, menor de vinte e um anos** ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave, e, comprovadamente viva sob



NASCIMENTO & BARBOSA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

dependência econômica do servidor, no caso deste último, cuja enfermidade seja anterior ao óbito do segurado e comprovada por perícia médica, designada pelo GOIANAPREVI.

Como o falecimento do ex-segurado ocorreu em **10 de outubro de 2025** e a entrada do requerimento ocorreu no dia **13 de outubro de 2025**, **o benefício será devido desde a data do óbito:**

**LEI MUNICIPAL Nº 2.514/2022**

**Art. 41** A pensão por morte será devida a contar da data:

**I - Do óbito**, quando requerida em até 180 (cento e oitenta) dias, após o óbito, para os filhos menores de 16 (dezesesseis) anos, **ou em até 30 (trinta) dias, após o óbito, para os demais dependentes;**

No que se refere ao valor da cota de pensão, o **Art. 42, caput, da Lei Municipal nº 2.514/2022**, prevê:

**LEI MUNICIPAL Nº 2.514/2022**

**Art. 42** A pensão por morte concedida a dependente de segurado deste Regime Próprio de Previdência Social será equivalente a **uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento)** do valor da aposentadoria recebida pelo segurado ou servidor ou daquela a que teria direito, se fosse aposentado por incapacidade permanente, na data do óbito, **acrescida de cotas de 10 (dez) pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento).**

Como o ex-segurado estava ativo na data do óbito, **primeiramente será calculado o valor dos proventos que o mesmo teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, nos moldes do Art. 34, caput e § 4º, da LM 2.514/2022**, isto é, será aplicada a porcentagem de **90% (60% + 10% para cada ano que exceder o tempo de 20 anos de contribuição)**, sobre o valor da média aritmética simples, das remunerações adotadas como base para as contribuições previdenciárias, de **100% do período contributivo do ex-servidor.**

Em seguida, será aplicado sobre o valor resultante, a cota familiar de **50%, acrescida de 10% por dependente.**

Ato contínuo, o valor obtido terá complementação ao salário mínimo, pois de acordo com o **Art. 57, da LM 2.514/2022**, nenhum benefício previdenciário, salvo em caso de divisão de cotas de pensão, será inferior a um salário mínimo.



NASCIMENTO & BARBOSA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

Após a complementação, o valor do benefício de pensão por morte, será rateado entre as dependentes, em cotas iguais. Observe:

**Início Contribuição:** Julho/1994

**Salário Mínimo Vigente:** R\$ 1.518,00

**Final Contribuição:** Setembro/2025

**Limite RGPS Vigente:** R\$ 8.157,41

**Tabela de Atualização:** Setembro/2025

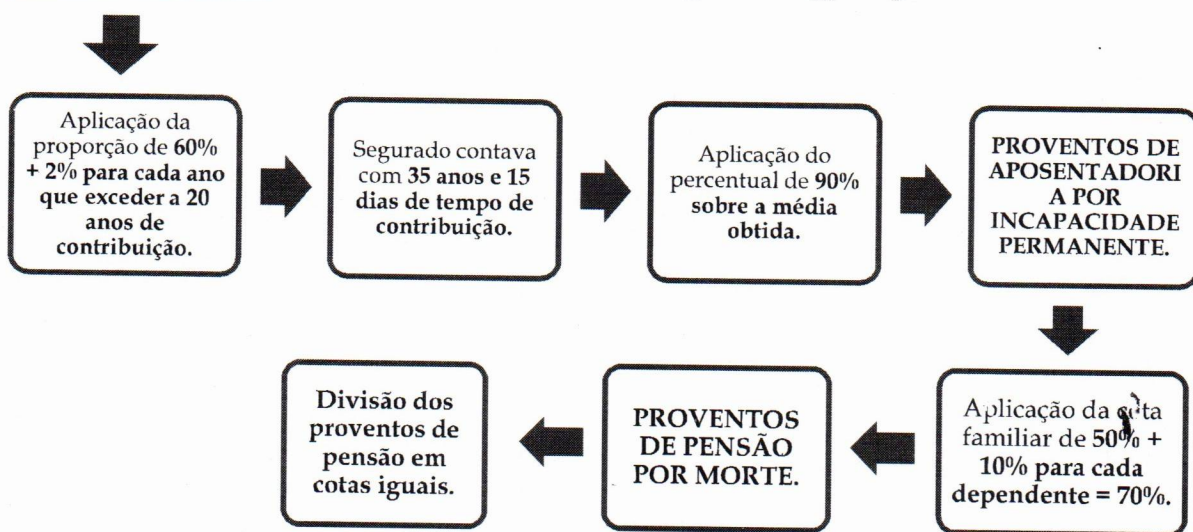
**Regra:** Média aritmética de 100% das remunerações contributivas do período desde julho/1994.

**Total Contribuições:** R\$ 846.886,50 (375 contribuições)

**Contrib. Utilizadas:** R\$ 846.886,50 (375 - 100% das contribuições)

**Modo de Cálculo:** R\$ 846.886,50 dividido por 375 = R\$ 2.258,37

**Média:** R\$ 2.258,37



No caso da requerente, na condição de cônjuge do ex-servidor, com 46 anos de idade, a pensão será na modalidade vitalícia, enquanto que a Srta. ETIENE FERREIRA MONTEIRO BARRÊTO, na condição de filha menor de 21 anos de idade, a pensão será na modalidade temporária, de acordo com o Art. 43, Incisos II e VI, Alínea "c", Item 6, da Lei Municipal nº 2.514/2022:

#### LEI MUNICIPAL Nº 2.514/2022

**Art. 43.** O pagamento da cota individual da pensão por morte cessa:  
[...]

II - pelo implemento dos 21 anos de idade para o filho, o enteado ou o menor tutelado;

VI - para o cônjuge ou o companheiro ou a companheira:  
[...]

c) transcorridos os seguintes períodos, estabelecidos de acordo com a idade do beneficiário na data do óbito do segurado, se o óbito ocorrer



NASCIMENTO & BARBOSA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

depois de vertidas dezoito contribuições mensais e de, no mínimo, dois anos de casamento ou união estável:

[...]

6. vitalícia, com quarenta e cinco ou mais anos de idade;

Por fim, este benefício não contempla garantia de reajuste de paridade e acompanhará o reajuste fixado em lei do Município, consoante disposto no Art. 42, § 6º, da Lei Municipal nº 2.514/2022.

#### DA CONCLUSÃO

Diante ao exposto, somos pelo **DEFERIMENTO** do benefício **PENSÃO VITALÍCIA**, em favor da Sra. **ELINE FERREIRA MONTEIRO BARRÊTO**, na condição de **cônjuge** e do benefício de **PENSÃO TEMPORÁRIA**, em favor da Srta. **ETIENE FERREIRA MONTEIRO BARRÊTO**, na condição de **filha menor de 21 anos de idade**, do ex-servidor, o Sr. **EDUARDO BARRÊTO DA SILVA**, sob a matrícula nº 1420, com fundamento no Art. 40, § 7º, da Constituição Federal/1988 (com redação dada pela EC nº 103/2019) c/c Art. 9º, Inciso I; Art. 41, Inciso I; Art. 42, *caput*; Art. 43, Incisos II e VI, Alínea "c", Item 6, da Lei Municipal nº 2.514/2022.


É o parecer, salvo melhor juízo.

Goiana - PE, 03 de novembro de 2025.

  
**Enio Silva Nascimento**  
Assessor Jurídico  
OAB/PB - 11.946  
OAB/PE 1944-A

"HOMOLOGO O PARECER. ENCAMINHE-SE O PROCESSO AO SETOR COMPETENTE PARA AS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS".

Em 03 de novembro de 2025.

  
**OLGA LUIZA DE SENA TAVARES**  
Presidente do GOIANAPREVI

### CÁLCULO DOS PROVENTOS

**PROCESSO Nº 101/2025**

**DEPENDENTES:** ELINE FERREIRA MONTEIRO BARRÊTO

ETIENE FERREIRA MONTEIRO BARRÊTO

**INSTITUIDOR:** EDUARDO BARRÊTO DA SILVA

**CARGO:** VIGILANTE (NÍVEL: 07, CLASSE: VIGILANTE I)

**MATRÍCULA:** 1420

**Óbito ocorrido em 10/10/2025**

**REGRA:** ART. 40, § 7º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL/1988 (COM REDAÇÃO DADA PELA EC Nº 103/2019) C/C ART. 9º, INCISO I; ART. 41, INCISO I; ART. 42, CAPUT; ART. 43, INCISOS II E VI, ALÍNEA "C", ITEM 6, DA LEI MUNICIPAL Nº 2.514/2022.

**BASE DE CÁLCULO:** SERVIDOR ATIVO NA DATA DO ÓBITO - PROVENTOS DE APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE QUE O SEGURADO TERIA DIREITO.

**Início Contribuição:** Julho/1994

**Salário Mínimo Vigente:** R\$ 1.518,00

**Final Contribuição:** Setembro/2025

**Limite RGPS Vigente:** R\$ 8.157,41

**Tabela de Atualização:** Setembro/2025

**Regra:** Média aritmética de 100% das remunerações contributivas do período desde julho/1994.

**Total Contribuições:** R\$ 846.886,50 (375 contribuições)

**Contrib. Utilizadas:** R\$ 846.886,50 (375 - 100% das contribuições)

**Modo de Cálculo:** R\$ 846.886,50 dividido por 375 = R\$ 2.258,37

**Média:** R\$ 2.258,37

Aplicação da proporção de 60% + 2% para cada ano que exceder os 20 anos de tempo de contribuição.

O Servidor contava com 35 anos e 15 dias de tempo de contribuição.

A aplicação do percentual de 90% sobre o valor da média obtida.

PROVENTOS DE APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE	
DESCRIÇÃO	VALORES
PROVENTOS (Aplicação de 90% sobre a média obtida)	R\$ 2.032,53
TOTAL	R\$ 2.032,53

PROVENTOS DE PENSÃO POR MORTE (50% + 10% por dependente)				
BENEFICIÁRIA	DATA DE NASCIMENTO	RELAÇÃO DE DEPENDÊNCIA	COEFICIENTE (COTA)	VALOR <sup>1</sup>
COTA FAMILIAR			50%	R\$ 1.016,26
ELINE FERREIRA MONTEIRO BARRÊTO	05/06/1979	CÔNJUGE	10%	R\$ 203,25
ETIENE FERREIRA MONTEIRO BARRÊTO	26/06/2010	FILHA MENOR DE 21 ANOS DE IDADE	10%	R\$ 203,25
COMPLEMENTAÇÃO PARA ATINGIR O SALÁRIO MÍNIMO <sup>1</sup>				R\$ 95,24
TOTAL FINAL dos proventos de pensão				R\$ 1.518,00

COTA DE PENSÃO POR DEPENDENTE					
BENEFICIÁRIA	DATA DE NASCIMENTO	RELAÇÃO DE DEPENDÊNCIA	COEFICIENTE (CÁLCULO)	MODALIDADE	COTA DE PENSÃO
ELINE FERREIRA MONTEIRO BARRÊTO	05/06/1979	CÔNJUGE	50%	VITALÍCIA	R\$ 759,00
ETIENE FERREIRA MONTEIRO BARRÊTO	26/06/2010	FILHA MENOR DE 21 ANOS DE IDADE	50%	TEMPORÁRIA	R\$ 759,00

Goiana - PE, 03 de novembro de 2025.

*Olga Luiza de SENA TAVARES*

**OLGA LUIZA DE SENA TAVARES**  
Presidente do GOIANAPREVI

<sup>1</sup> LEI MUNICIPAL Nº 2.514/2022 – Art. 57. Salvo em caso de divisão entre as cotas de pensão que a ela fizerem jus, nenhum benefício previsto nesta lei terá valor inferior a um salário-mínimo.

**FOLHA DE IMPLANTAÇÃO**

**PROCESSO Nº 101/2025**

**DEPENDENTES:** ELINE FERREIRA MONTEIRO BARRÊTO

ETIENE FERREIRA MONTEIRO BARRÊTO

**INSTITUIDOR:** EDUARDO BARRÊTO DA SILVA

**CARGO:** VIGILANTE (NÍVEL: 07, CLASSE: VIGILANTE I)

**MATRÍCULA:** 1420


**Óbito ocorrido em 10/10/2025**

Autorizo a implantação da **cota de pensão vitalícia e da cota de pensão temporária**, em folha de pagamento do **GOIANAPREVI**, conforme **CÁLCULOS** apresentados, decorrente da aplicação do percentual de 70% (50% + 10% **por dependente**) sobre o valor da aposentadoria por incapacidade a que o segurado teria direito, em conformidade com o **Art. 40, § 7º, da Constituição Federal/1988 (com redação dada pela EC nº 103/2019) c/c Art. 9º, Inciso I; Art. 41, Inciso I; Art. 42, caput; Art. 43, Incisos II e VI, Alínea "c", Item 6, da Lei Municipal nº 2.514/2022.**

O benefício de pensão por morte, vitalício e temporário, decorrente do **Art. 42, caput, da LM 2.514/2022**, não é contemplado com o reajuste de paridade, de forma que será reajustado através de lei de iniciativa do Executivo Municipal, nos termos do **Art. 42, § 6º, da Lei Municipal nº 2.514/2022.**

Encaminhe-se o processo ao setor financeiro (contabilidade/tesouraria) para implantação em folha de pagamento, bem assim para observar a **existência de consignações em folha de pagamento.**

Goiana - PE, 03 de novembro de 2025.

  
**OLGA LUIZA DE SENA TAVARES**  
Presidente do GOIANAPREVI

**CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO**

Certifico a quem possa interessar e para todos os fins de direito que, a **PORTARIA Nº 56/2025**, que concede **PENSÃO VITALÍCIA** a Sra. **ELINE FERREIRA MONTEIRO BARRÊTO**, na condição de cônjuge e **PENSÃO TEMPORÁRIA** a Srta. **ETIENE FERREIRA MONTEIRO BARRÊTO**, na condição de filha menor de 21 anos de idade, do ex-servidor, o Sr. **EDUARDO BARRÊTO DA SILVA**, sob a matrícula 1420, no cargo de Vigilante (Nível: 07, Classe: Vigilante I), com lotação na Secretaria de Segurança Cidadã, Trânsito e Transportes Urbanos (SESTRAN), deste município, com óbito ocorrido em 10 de outubro de 2025, com fundamento no Art. 40, § 7º, da Constituição Federal/1988 (com redação dada pela EC nº 103/2019) c/c Art. 9º, Inciso I; Art. 41, Inciso I; Art. 42, caput; Art. 43, Incisos II e VI, Alínea "c", Item 6, da Lei Municipal nº 2.514/2022, foi publicada como de costume no quadro de Avisos deste Instituto de Previdência, em 03 de novembro de 2025.

Goiana - PE, 03 de novembro de 2025.

  
**OLGA LUIZA DE SENA TAVARES**  
Presidente do GOIANAPREVI

**GOIANAPREVI**  
Publicado no Quadro de Avisos

Em, 03 / 11 / 2025

  
\_\_\_\_\_  
SERVIDOR

Mat. nº 2218